



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIA EDUARDA SANTOS DE SOUSA

**ACERVO DOCUMENTAL DA CRECHE TIA NEUZA: A IMPORTÂNCIA DO
ARQUIVO ESCOLAR PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA
EDUCAÇÃO LOCAL**

PARNAÍBA-PI

2024

MARIA EDUARDA SANTOS DE SOUSA

**ACERVO DOCUMENTAL DA CRECHE TIA NEUZA: A IMPORTÂNCIA DO
ARQUIVO ESCOLAR PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA
EDUCAÇÃO LOCAL**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lêda Rodrigues Vieira.

PARNAÍBA-PI

2024

MARIA EDUARDA SANTOS DE SOUSA

**ACERVO DOCUMENTAL DA CRECHE TIA NEUZA: A IMPORTÂNCIA DO
ARQUIVO ESCOLAR PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA
EDUCAÇÃO LOCAL**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em História, do Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira da Universidade Estadual do Piauí, para a obtenção do grau de licenciada em História.

Este exemplar corresponde à redação final do artigo avaliado pela banca examinadora em 06 de janeiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lêda Rodrigues Vieira (Orientadora)
Universidade Estadual do Piauí

Prof.^a Me. Mara de Souza Paixão (Examinadora)
Universidade Estadual do Piauí

Prof.^a Dr.^a Mary Angélica Costa Tourinho (Examinadora)
Universidade Estadual do Piauí

*A história é um rastro que o ser humano deixa
ao caminhar pelo tempo* (Maria Eduarda).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me abençoar com uma família maravilhosa, além de me cercar de pessoas incríveis. Sou eternamente grata à minha família pelo apoio incondicional, suporte e incentivo. Agradeço especialmente à minha irmã Maria Edilane, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e fortalecendo; às minhas irmãs Maria Isabele e Maria Edinauria, que sempre estiveram ao meu lado; à minha mãe, Maria das Dores, e ao meu pai, Edson Ferreira, pelo incentivo constante aos meus estudos e por todo o amor e carinho que sempre me ofereceram.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Dr^a Lêda Rodrigues, pelo auxílio valioso e pelos ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço, ainda, pela paciência, empenho e respostas rápidas durante o processo de orientação.

Agradeço a todos os professores que tive ao longo da minha jornada, desde o jardim de infância até o ensino superior. Cada um de vocês desempenhou um papel fundamental na minha formação, contribuindo de maneira única para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também aos amigos, colegas e a todos os funcionários da UESPI que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. A todos, meu muito obrigada!

ACERVO DOCUMENTAL DA CRECHE TIA NEUZA: A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO ESCOLAR PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO LOCAL

Maria Eduarda Santos de Sousa

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o acervo documental arquivado da Escola Municipal de Educação Infantil Tia Neuza, localizada em um bairro da cidade litorânea de Luís Correia, no Estado do Piauí. A análise abrangeu os documentos da instituição desde o ano de sua fundação, em 1998, até os dias atuais, com o intuito de investigar o que esses registros representam sobre a história e a memória da educação local e seu estado de conservação. Além disso, pretendeu-se destacar a importância dos arquivos na preservação dessa história e memória escolar. Para alcançar esses objetivos, foi necessário aprofundar a compreensão dos conceitos centrais da temática, dessa forma, a pesquisa se apoiou em uma revisão bibliográfica de estudos de autores como Le Goff, Maurice Halbwachs e Carla Pinsky, bem como, foi analisado o acervo escolar encontrado em arquivos da instituição de ensino.

Palavras-chave: Acervo documental. História. Memória. Educação local.

Abstract: The main objective of this study is to analyze the archived documentary collection of the Tia Neuza Municipal School of Early Childhood Education, located in a neighborhood of the coastal city of Luís Correia, in the state of Piauí. The analysis covered the institution's documents from the year of its foundation, in 1998, to the present day, with the aim of investigating what these records represent about the history and memory of local education and its state of conservation. In addition, it was intended to highlight the importance of archives in preserving this history and school memory. To achieve these objectives, it was necessary to deepen the understanding of the central concepts of the theme, thus, the research was based on a bibliographic review of studies by authors such as Le Goff, Maurice Halbwachs and Carla Pinsky, as well as the analysis of the school collection found in the archives of the educational institution.

Keywords: Documentary collection. History. Memory. Local education.

Introdução

A Escola Municipal de Educação Infantil Tia Neuza, situada no bairro Coqueiro da Praia, na cidade de Luís Correia-PI, foi fundada em maio de 1998. Desde a sua criação, a instituição passou por duas reformas necessárias: a primeira em 2014 e a segunda em 2019. O bairro, predominantemente habitado por pessoas de baixa renda, abriga muitos moradores que trabalham em restaurantes à beira da praia, como caseiros em casas de veraneio, ou desempenhando outros tipos de trabalhos que complementam a renda da família. Dessa

forma, a escola atende crianças de famílias com baixa escolaridade e recursos financeiros limitados.

A infraestrutura da escola é modesta, composta por três salas de aula, um pátio, um banheiro infantil unissex, um banheiro para funcionários e uma sala que abriga a diretoria e a secretaria, onde estão arquivados os documentos da instituição. Este cenário escolar suscita o interesse de investigar o estado de conservação dos documentos arquivados, avaliar sua organização e verificar as condições de preservação, com o objetivo de resgatar informações sobre a história e memória da creche Tia Neuza.

O arquivo, que representa o núcleo essencial das informações sobre a escola, é um conjunto homogêneo que ocupa uma posição central e de referência entre as diversas fontes que podem ser utilizadas para reconstruir a trajetória da instituição escolar (Mogarro, 2005). Por si só, o arquivo não narra a história de uma instituição, mas fornece subsídios valiosos para a historiografia da História da educação local. Também é importante considerar diversas fontes, como registros pedagógicos, depoimentos de ex-alunos e docentes, materiais didáticos, que, em conjunto, enriquecem a narrativa da história da educação local. No entanto, este artigo se concentrará na investigação e análise dos documentos arquivados da creche Tia Neuza e seu estado de conservação enquanto patrimônio educacional.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a escola é entendida como uma estrutura complexa e um universo específico, onde se condensam muitas características e contradições do sistema educacional. Além disso, cada instituição possui uma identidade própria, carregada de historicidade, que permite a construção, sistematização e reescrita de seu itinerário histórico. Nesse contexto, o arquivo desempenha um papel fundamental na construção da memória escolar e na definição da identidade histórica da instituição (Mogarro, 2005). Sendo assim, a análise dos documentos da creche Tia Neuza possibilita compreender os trajetos que a instituição percorreu na construção de seu atual perfil, além de identificar sua relevância dentro da comunidade.

A presente pesquisa justifica-se em três vertentes: a justificativa pessoal, a justificativa acadêmica e a justificativa social. Na vertente pessoal, o interesse em conhecer e compreender a história dessa instituição, que faz parte do meu cotidiano, se intensificou quando, eu, secretária escolar da creche Tia Neuza, fui encarregada de redigir um texto sobre sua fundação para ser lido durante o desfile cívico do Sete de Setembro de 2023. Ao pesquisar informações sobre a escola, percebi a escassez de dados claros, encontrando apenas informações nas placas de fundação e reformas da escola e, em relatos de antigos funcionários e professores. A justificativa acadêmica está relacionada à ausência de trabalhos que explorem

a história da creche Tia Neuza, assim como à escassez de abordagens sobre as instituições educacionais de Luís Correia, como também contribuir para a História da educação. Este estudo visa, portanto, preencher essa lacuna, utilizando como principal fonte a análise do acervo documental da escola. Por fim, a justificativa social deste trabalho reside na contribuição para a valorização da história local, buscando reconhecer a escola como um espaço de memória fundamental na construção da identidade dos moradores da cidade de Luís Correia, Estado do Piauí.

A pesquisa adotou o método qualitativo, desempenhando as seguintes técnicas: primeiro foi realizado uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos e teorias relacionados à temática. Na segunda etapa foi analisado o acervo documental da escola, examinando seu contexto histórico, conteúdo, características e estado de conservação. E por fim, descrevemos os resultados obtidos com base na análise dos documentos arquivados na instituição e o que foi possível resgatar da história e memória da creche Tia Neuza.

Para isso, dividimos a análise em três tópicos. O primeiro tópico realiza uma breve revisão de bibliografia, abordando os principais conceitos que possibilitam o aprofundamento e compreensão da temática. O segundo tópico investigamos e analisamos os documentos arquivados da creche Tia Neuza, tendo como pontos norteadores as seguintes problemáticas de pesquisa: quais os locais de armazenamento dos documentos? Qual o estado de conservação dos documentos encontrados? Quais os tipos de documentos que foram priorizados para o arquivamento? Tem documentos desde sua criação? E como está a salvaguarda dos documentos hoje em dia frente a novas tecnologias de produção e armazenamento? Com isso, este último tópico contou com amostras fotográficas dos documentos e arquivos que a escola produziu ao longo de sua história.

O terceiro tópico apresenta o resultado do levantamento das informações coletadas durante a pesquisa de campo, e realiza algumas observações sobre a história e memória da creche Tia Neuza. Os principais elementos abordados no tópico incluem informações sobre a fundação da escola, primeiros professores, turmas, e como a escola se relaciona com a comunidade. Com base nos resultados da pesquisa de campo foi possível documentar a trajetória da creche, refletir sobre seu impacto social e educativo ao longo dos anos na comunidade, como também contribuir para a história da educação local, estimulando que futuros pesquisadores possam realizar o aprofundamento de novas pesquisas sobre a temática.

O documento escolar como fonte de pesquisa: uso, gestão e preservação

Os arquivos escolares são compostos por materiais produzidos e recebidos por todos os envolvidos na comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, alunos, equipes multidisciplinares, estagiários e pais. Esses documentos resultam das diversas atividades realizadas nas escolas e formam um acervo que reflete a dinâmica e a história da instituição. (Ferreira, 2019). Assim, o arquivo escolar é um importante registro das experiências e interações que ocorrem no ambiente educacional. Esses arquivos são organizados e armazenados na própria escola, constituindo um patrimônio documental essencial da instituição. Eles não apenas preservam a história e a memória da escola, mas também servem como fontes históricas para pesquisas futuras. Assim, dentro do arquivo escolar estão os documentos produzidos pela escola ao longo dos anos.

Para um melhor entendimento sobre a temática faz-se necessário entender o que é um documento e como ele se classifica. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documento é uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (2005, p. 73). Dentro dessa definição entende-se que documento é um elemento de informação que pode assumir diversas formas seja físico, digital ou audiovisual. Sendo assim, os documentos, que são portadores de informações importantes, precisam ser armazenados em ambientes adequados para garantir sua preservação, pois são registros antigos e, portanto, delicados e frágeis, correndo o risco de se deteriorarem facilmente caso não sejam bem acondicionados. O armazenamento adequado e manuseio correto de documentos deve ser uma preocupação constante, especialmente para as instituições que guardam suas informações e memórias em documentos e, também para aqueles que deles dependem para desenvolverem pesquisas. Mas, infelizmente a prática de conservação e proteção de arquivos documentais é muito insuficiente. Para Carlos Bacellar:

Em todo esse universo documental, o historiador encontra, quase sempre, um relativo descaso pelo patrimônio arquivístico. Documentos mal acomodados em instalações que chegam a ser precárias sofrem rápida deterioração e podem se perder em definitivo. Infestados por brocas, cupins e traças, sofrendo incêndios ou alagamentos, expostos a condições ambientais desfavoráveis, dificilmente sobrevivem. O arquivista e o historiador têm, portanto, a importante tarefa de, ao entrar em contato com acervos submetidos a tal risco, buscar a conscientização dos responsáveis e alertar a comunidade, antes que seja tarde. O interesse pela pesquisa empírica deve, assim, instrumentalizar as atenções para a importância dos documentos, em um esforço contínuo que sempre deveria nortear a ação e o discurso do historiador (Bacellar, 2008).

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (Brasil, 2005, p. 9) “todos os documentos devem ser armazenados em locais que apresentem condições ambientais apropriadas às suas necessidades de preservação”. No entanto, muitas instituições não têm condições favoráveis para a manutenção e proteção de seus documentos, o que leva a seu descarte ou deterioração. Além do armazenamento inadequado, outra causa muito nociva à preservação dos arquivos é a forma como é manuseado:

A principal causa dos danos que ocorrem nos materiais de um acervo documental é o seu manuseio indevido, tanto pelos usuários quanto pelos funcionários. Estes devem receber treinamento básico sobre os cuidados a serem observados ao lidar com documentos. Deverão ser capazes de transferir aos usuários as práticas corretas, evitando-se, assim, as causas da grande parte de danificação dos acervos (The British Library, 2009).

Dessa forma, é evidente que o manejo de documentos exige cuidado meticoloso, tanto no que diz respeito à sua guarda quanto na análise de seu conteúdo. Toda instituição, seja pública ou privada, produzem documentos para serem utilizados em suas atividades cotidianas que, após cumprirem sua função imediata, são armazenados para futuras consultas. Com o tempo, essa acumulação de registros pode se tornar excessiva, o que demanda organização e espaço. Para evitar a retenção de documentos desnecessários, é imprescindível a implementação de um sistema de gestão documental eficiente. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 atribui ao poder público a responsabilidade pela guarda, proteção e gestão dos documentos arquivísticos, segundo a lei de nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentação de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” Dessa forma, as instituições que produzem documentos arquivísticos devem adotar sistemas eficazes de gestão documental a fim de preservar e conservar informações contidas nos documentos, garantindo sua integridade e acessibilidade ao longo do tempo.

É importante destacar que a gestão documental é essencial para a organização e preservação dos documentos arquivísticos. De acordo com a Constituição Federal de 1988, “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”. Assim, é na gestão documental onde os documentos serão analisados e avaliados de acordo com normas e métodos pré-estabelecidos. A gestão de documentos compreende três fases:

produção, utilização e destinação final. Na primeira fase ocorre a produção de documentos para a realização das atividades de um órgão ou entidade, a segunda fase é a utilização desses documentos produzidos assim como a guarda desses registros após o cumprimento da sua função; e a terceira fase é a destinação, onde, os documentos são submetidos a análises para decidir quais devem ser mantidos por tempo indeterminado e quais podem ser eliminados (Arquivo Nacional, Brasil, 2019). Dessa forma:

Gestão de documentos implica em acompanhar todo o ciclo vital dos documentos produzidos por um órgão ou entidade no desempenho de suas funções e atividades, determinando aqueles que devem ser conservados em caráter permanente e os que devem ser eliminados a curto, médio e longo prazo, resultando em eficiência e economia de tempo e espaço, na racional utilização de recursos humanos, materiais e financeiros e na redução da massa documental produzida. Sua execução exige planejamento, organização, coordenação e controle de pessoal, espaço físico, equipamentos, instalações, material e recursos financeiros (Brasil, 2019).

Neste contexto, é válido entender sobre a gestão dos documentos escolares. De acordo com Ferreira (2019), os documentos escolares possuem um ciclo de vida próprio e podem ser classificados em três categorias: corrente, intermediário e permanente. Os documentos correntes são aqueles emitidos durante o ano letivo, seguindo o calendário escolar. Exemplos incluem as fichas de matrícula dos alunos, projetos e planos de ação da escola, todos frequentemente consultados ao longo do ano. Por outro lado, os documentos intermediários são aqueles que já cumpriram sua função imediata, mas que permanecem sob a custódia da secretaria escolar para consulta e finalidade probatória. Esses documentos têm um período de validade de oito anos; após esse tempo, são avaliados para decidir se serão mantidos como permanentes ou se serão eliminados. Já os documentos permanentes são aqueles que possuem valor histórico, probatório e cultural inegável (Ferreira, 2019). Essa teoria é conhecida como a “teoria das três idades”, que “define os arquivos como correntes, intermediários ou permanentes de acordo com a frequência de uso pelos órgãos ou entidades produtoras” (Arquivo Nacional, 2019).

A correta separação e salvaguarda desses registros garantem não apenas a integridade da informação, mas também o respeito à história e à cultura educacional da instituição, tornando-se fonte principal para o resgate da história da escola. Como afirma Mogarro (2006) “o arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar”

(2006, p. 77). Esses documentos são importantes não apenas para pesquisas históricas, especialmente no campo da história da educação local, mas também para a construção de uma memória coletiva, refletindo a importância da escola dentro da comunidade da qual está inserida.

Espaço de histórias e memórias: o acervo documental da Creche Tia Neuza

Segundo Ferreira (2019), “os arquivos escolares são espaços de memória, fontes de informações, espaços de pesquisa e recursos informativos produzidos pelo trabalho da equipe escolar” (2019, p. 11). Com base nessa afirmação, é importante destacar que um dos primeiros recursos informativos encontrados na escola é a placa, onde constam dados de sua fundação, que representa um marco significativo no início de sua trajetória.

Na figura 1, podemos observar a placa de fundação da Creche “Tia Neuza”, que contém informações relevantes, como o nome da cidade, o prefeito municipal do período de inauguração, além dos nomes dos secretários municipais de Promoção Social e de Obras Públicas, bem como, a data de fundação da instituição. A placa de fundação da Escola Tia Neuza, informa que Luiz Eduardo dos Santos Pedrosa era o prefeito de Luiz Correia durante o período de fundação da escola, sendo que Adriane Maria Magalhães Prado¹ ocupava o cargo de Secretária Municipal de Promoção Social e Paulo Henrique Sampaio dos Santos atuava na Secretaria Municipal de Obras Públicas. Essas informações não apenas documentam aspectos históricos de criação da creche, como também contextualizam seu papel na comunidade que atua tanto em formar os novos cidadãos para o convívio social e cultural quanto na inserção deles no aprendizado de conceitos fundamentais, como alfabetização, números e a capacidade de ler e escrever.

¹ Primeira mulher a ser eleita como prefeita no município de Luís Correia cumprindo mandato de 2013-2016, e esposa do ex-prefeito Luiz Eduardo dos Santos Pedrosa.

Figura 1: Placa de Fundação da Creche “Neuza Plácido do Nascimento”



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

As placas a seguir documentam as reformas pelas quais a escola passou desde sua fundação. A primeira (Figura 2), foi realizada em março de 2016 e, ocorreu sob a administração municipal da prefeita Adriane Maria Magalhães Prado, através da Secretaria de Educação, Jalma de Sousa Guimarães. A segunda reforma foi concluída em 20 de setembro de 2019 (Figura 3), durante a administração municipal do prefeito Francisco Araújo Galeno², através das ações da Secretaria de Educação Floriza Sales Fontinele.

Figura 2: Placa da Reforma da Creche Tia Neuza inaugurada em 2016.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

² Conhecido como Kim do caranguejo, foi prefeito de Luís Correia de 2009 a 2012 e sendo reeleito em 2017.

Figura 3: Placa da Reforma da Creche Tia Neuza inaugurada em 2019.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

As três placas estão expostas no pátio da escola, que também serve como refeitório. Além delas, está disponível uma fotografia da patrona da creche, Neuza Plácido do Nascimento (Figura 4), cuja imagem foi extraída de seu registro geral de identificação nacional. À primeira vista, são esses elementos ilustrativos que fornecem informações preliminares sobre aspectos históricos de fundação e reformas do espaço da escola ao longo do tempo.

Figura 4: Quadro contendo uma fotografia 3x4 de Neuza Plácido do Nascimento



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

A Escola Municipal de Educação Infantil Tia Neuza é uma instituição que atende crianças a partir dos 3 anos de idade (creche) e dos 4 a 5 anos de idade (pré-escola). Assim sendo, as placas de formaturas a seguir são referentes às turmas de pré-escola, denominadas de infantil V. A placa de formatura da turma do nível V do ano de 2017, registrada na figura 5, traz uma série de informações que refletem tanto a composição da turma quanto o contexto político e educacional da época. Embora a foto mostre 24 alunos, a turma conta com 26 estudantes (12 meninos e 14 meninas), conforme os nomes exibidos na placa. O nome da turma, "Alegria do Saber", sugere que, apesar do grande número de alunos, trata-se de uma turma única.

Além disso, a placa oferece detalhes sobre a gestão política e escolar daquele período. O prefeito municipal era Francisco Araújo Galeno, enquanto a secretária de educação era Maria das Dores Fontenele Brito³. A diretora do Departamento de Educação Infantil era a professora Ana Cláudia Souza Sipaúba de Araújo, e o patrono da turma foi o próprio prefeito Francisco de Araújo Galeno. A paraninfo da turma foi sua esposa, Eulália Araújo Galeno. No campo educacional, a gestora da escola era Erice Gomes da Silva, com as professoras Ana Paula Henrique de Sousa Farias e Ivania Ferreira de Souza responsáveis pela turma. A placa também exibe as logomarcas da Prefeitura de Luís Correia, com o lema “É bom viver aqui”, e da Secretaria de Educação (SEDUC). A fotografia dos alunos (Figura 5) foi registrada na própria escola, com os estudantes trajando o uniforme da escola de educação infantil do município, reforçando o caráter institucional e a identidade local da turma.

Figura 5: Placa de Formatura da Turmas de 2017



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

³ Conhecida como Maninha Fontenele, foi eleita como prefeita municipal no ano de 2021, e sendo reeleita para 2025.

A segunda placa, referente ao ano de 2018 (Figura 6), mantém informações sobre a gestão municipal do ano anterior, com a continuidade da secretaria municipal de educação e da diretora do Departamento Infantil, que são as mesmas de 2017. A gestão escolar permanece inalterada, e o patrono e a paraninfa continuam sendo o prefeito da época e sua esposa, respectivamente. No entanto, houve a adição da supervisora escolar, professora Gerlene Pereira dos Santos, e foi homenageada a professora Ivania Ferreira de Souza, escolhida pela turma.

A turma é composta por 26 alunos, mas na foto da placa aparecem 24 estudantes: 14 meninas e 12 meninos. Assim como no ano anterior, a foto foi registrada na escola, com todos os alunos trajando o fardamento escolar.

Figura 6: Placa de Formatura da Turma de 2018



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Em 2019, a gestão municipal segue sob a liderança do prefeito Francisco Araújo Galeno, porém, houve uma mudança no cargo de Secretária Municipal de Educação, sendo agora ocupada por Floriza Sales Fontinele. A diretora do Departamento Infantil, a supervisora escolar e a gestora escolar permanecem as mesmas de 2018. O patrono e a paraninfa continuam sendo o prefeito da época e sua esposa. As professoras homenageadas neste ano são Maria Pereira Vieira e Ivania Ferreira de Souza.

A turma é composta por 18 alunos, todos retratados na foto da placa, sendo 11 meninas e 7 meninos. Como nos anos anteriores, a foto foi tirada na própria escola, com os alunos fardados. No entanto, há um detalhe: enquanto a maioria dos alunos está com o uniforme completo, um deles não está com a peça integral do fardamento.

Figura 7: Placa de Formatura da Turma de 2019



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Em 2022, a foto da turma para a placa apresenta uma mudança significativa. Os alunos estão todos usando becas azuis, e, embora não seja possível identificar com certeza se a foto foi tirada na escola ou em outro local, observa-se ao fundo um pano branco, indicando que houve uma preparação mais cuidadosa para esse momento. Além disso, o nível V foi dividida em duas turmas: nível V-A e nível V-B. Cada uma dessas turmas é composta por 14 alunos. A turma A é formada por seis meninas e oito meninos, enquanto a turma B conta com cinco meninas e nove meninos. Todos os alunos têm entre cinco e seis anos de idade.

No que diz respeito à gestão política e escolar, também houve mudanças no quadro administrativo. A prefeita é Maria das Dores Fontenele Brito, (ex-secretária de educação na gestão municipal do prefeito Francisco Araújo Galeno em 2017-2018) com vice-prefeito sendo o comerciante local Mirialdo Mota de Araújo. O secretário de Educação Municipal é o professor Mateus Cardoso do Amaral. O diretor do Departamento Pedagógico é o professor João Carlos de Freitas Borges, enquanto a diretora do Departamento de Ensino Infantil é Simone Bizerra de Araújo. A supervisora escolar é a professora Ana Helena Ferreira Sousa. Na gestão escolar, a professora Maria Aparecida Sousa Lopes está à frente, e as professoras responsáveis pelas turmas do nível V são Daniella Mara Leal Ferreira de Carvalho (para o nível V-A) e Adalgisa Gomes Feitosa (para o nível V-B).

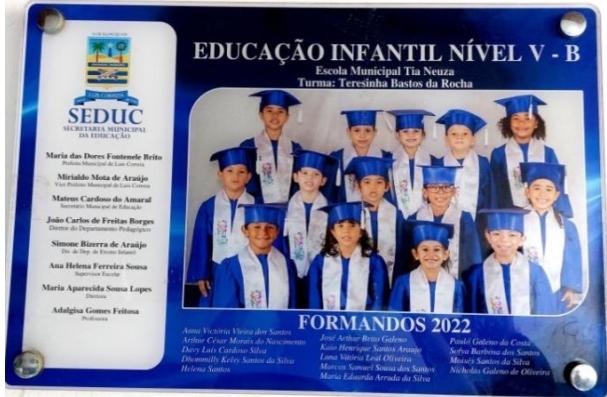
Essas placas registram pessoas que fizeram parte da história da educação no município de Luís Correia, além de mencionarem políticos que desempenharam papéis importantes na região. Assim, as placas de formatura se constituem como um objeto de memória coletiva, preservando as marcas de um passado compartilhado por um grupo específico, e funcionando como testemunhos da trajetória vivida por essa comunidade ao longo do tempo.

Figura 8: Placa de Formatura da Turma “A” de 2022



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 9: Placa de Formatura da Turma “B” de 2022



Fonte: Acervo da Pesquisadora, Maria Eduarda, 2024.

A ausência das placas de 2020 e 2021 é devido ao contexto social, pois nesses dois anos os alunos não puderam participar da cerimônia de formatura nem realizar o ensaio fotográfico para a produção da placa, devido às restrições impostas pela pandemia do COVID-19⁴. Durante esse período, a prioridade foi evitar aglomerações e interações sociais que não fossem essencialmente necessárias. Assim, as aulas aconteceram de forma remota por meio da utilização de ferramentas digitais como, por exemplo, a formação de grupos em aplicativo de mensagens (WhatsApp) e pela plataforma de videoconferência da empresa Google (Google Meet).

As placas de inauguração, reformas e formaturas da escola caracterizam-se não somente como fonte histórica, mas também como um registro de memória capaz de ativar lembranças de quem experienciou em algum momento da vida o espaço da escola. Segundo Sousa (2024) “os quadros de formatura podem ser considerados como um testemunho de um tempo, de um passado, lembrando à sociedade a recordação de um momento.” A falta dos quadros de formaturas durante os anos 2020 e 2021 também são testemunhas de um passado, passado este em que a educação teve que se adequar a nova realidade de saúde pública – a pandemia do COVID 19 e, consequentemente as atividades escolares aconteceram de forma remota por meio dos aparelhos digitais de comunicação. Também não há registros de placas

⁴ A pandemia de COVID-19 teve início no final de 2019 e, em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente sua caracterização como pandemia, devido à rápida e ampla disseminação do vírus ao redor do mundo. Em maio de 2023, a OMS anunciou o fim da emergência de saúde pública global, marcando um novo estágio no enfrentamento da doença. Durante esse período, medidas rigorosas foram adotadas, como a limitação de eventos que gerassem grandes aglomerações e a imposição do uso de máscaras, uma vez que o principal meio de transmissão do vírus era o contato direto entre pessoas.

de formatura anteriores a 2017, o que leva a crer que esse costume tenha sido estabelecido a partir desse ano.

Os arquivos documentais de uma escola são mantidos dentro da própria instituição, geralmente em um espaço reservado, como a secretaria, onde os documentos são organizados e arquivados. Na Creche Tia Neuza, essa prática é semelhante, mas a estrutura é bem mais simples: há apenas uma sala que abriga a diretoria e a secretaria, onde os documentos administrativos, com dados dos alunos ingressantes/egressos e pedagógicos são armazenados em pastas, dispostas em um pequeno móvel de gavetas, conforme ilustrado na fotografia a seguir:

Figura 10: Armário Arquivo.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Ao examinar o conteúdo das gavetas, constatei que os documentos estão armazenados em pastas, mas não seguem nenhum critério claro de organização. Há muitas fichas de matrícula guardadas juntamente com documentos de anos diferentes, o que resulta em uma mistura geral de papéis sem qualquer separação ou categorização adequada. Na fotografia 11, é possível observar todas as pastas retiradas das gavetas. Embora algumas delas possuam identificação indicando o conteúdo que deveriam conter, essa rotulagem não corresponde à realidade, pois os documentos estão misturados de forma desordenada. Em uma única pasta, por exemplo, é possível encontrar fichas de matrícula de anos diversos, projetos educativos, atividades, ofícios e outros documentos. Quanto ao estado de conservação dos documentos,

não há vestígios de traças ou cupins danificando os registros, os papéis não apresentam rasuras ou qualquer outro dano que prejudique a leitura ou acesso à informação do documento.

Figura 11: Documentos arquivados em pastas arquivos.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Assim, para uma análise mais eficaz desses documentos, o método a ser adotada consistirá em organizá-los conforme o conteúdo, o ano de produção e sua função, administrativa ou pedagógica. Esse método permitirá identificar as mudanças e permanências ao longo do tempo, facilitando a compreensão das evoluções e constâncias nas práticas e registros ao longo dos anos.

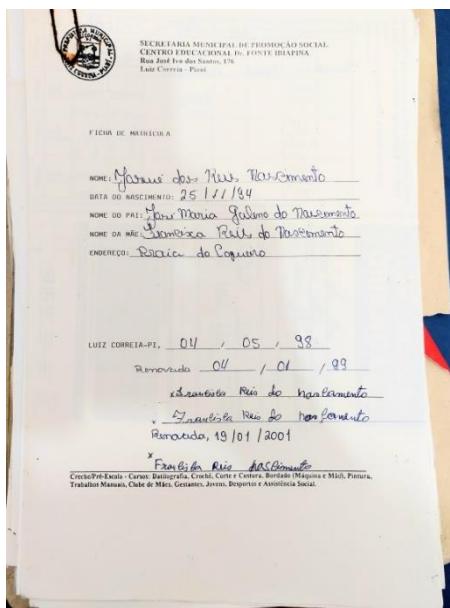
Um dos documentos encontrados, datado do ano de fundação da escola, é a ficha de matrícula, como pode ser observado na Fotografia 12, que corresponde ao ano de 1998. Essa ficha de matrícula exigia apenas informações pessoais básicas, como o nome da criança a ser matriculada, data de nascimento, endereço residencial, nome dos pais e a assinatura do responsável pela efetivação da matrícula. Não eram solicitados dados sobre a turma na qual o aluno seria matriculado nem outras informações adicionais.

Para ilustrar a evolução ao longo dos anos, a fotografia 13 mostra a ficha de matrícula datada de 2022, sendo possível notar que há a exigência de informações mais detalhadas do aluno matriculado. Assim, além dos dados pessoais básicos, a ficha solicita informações adicionais sobre o aluno, como por exemplo, se possui alguma deficiência ou se depende do transporte escolar.

Juntamente com a ficha de matrícula de 1998, também estavam grampeadas photocópias de documentos como a carteira de vacinação e a certidão de nascimento do aluno. Nos

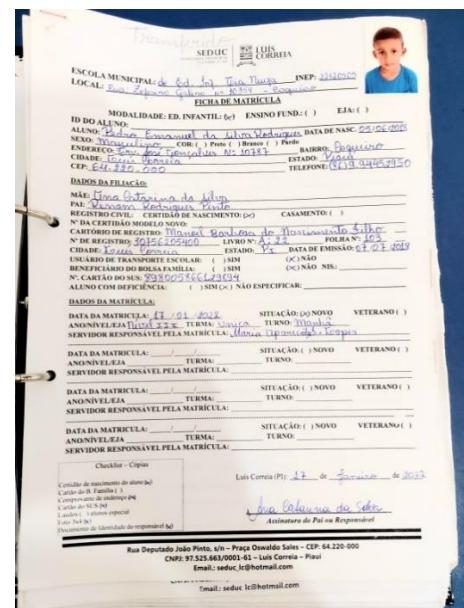
modelos atuais, esses mesmos documentos continuam sendo exigidos, mas, além deles, foram incorporados novos requisitos, como as photocópias dos seguintes documentos: comprovante de residência, identidade do responsável, cartão do SUS do aluno e, no caso de alunos beneficiários, dados do cartão do Bolsa Família⁵. Essas mudanças demonstram um processo de adaptação e ampliação das exigências administrativas, acompanhando as necessidades de uma gestão escolar mais detalhada e inclusiva.

Figura 12: ficha de matrícula do ano de 1998.



Fonte: Acervo da pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 13: ficha de matrícula do ano de 2022.



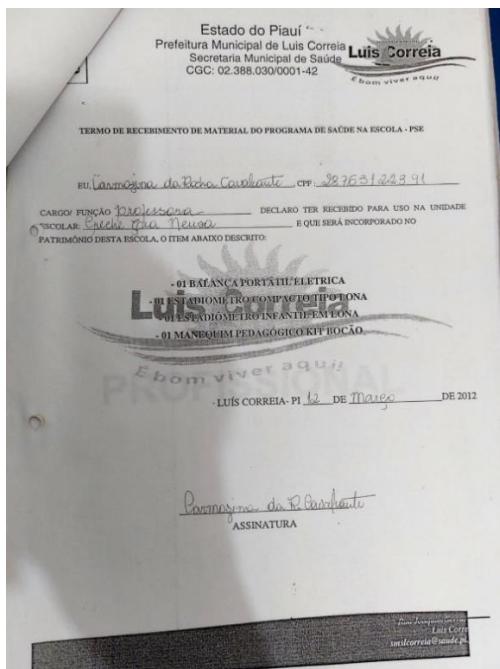
Fonte: Acervo da pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

⁵ Bolsa família é um programa de transferência de renda para famílias que comprovem situação de pobreza. O programa surgiu como uma medida provisória de nº132, de 20 de outubro de 2003, durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2004, a medida provisória foi convertida na lei 10.836.

Com base em alguns documentos administrativos, como ofícios, memorandos de apresentação, livros de ponto e atas de conselho escolar, é possível identificar nomes de membros que fizeram parte da gestão ou do corpo pedagógico da escola em um determinado período. Embora a quantidade desses registros seja limitada, eles fornecem informações essenciais que podem servir como ponto de partida para um estudo mais aprofundado. O documento em si não revela toda a complexidade de uma época, mas contém subsídios necessários para ativar as memórias de quem vivenciou aquele período, permitindo a reconstrução de um panorama mais amplo e detalhado da história escolar por meio da história oral.

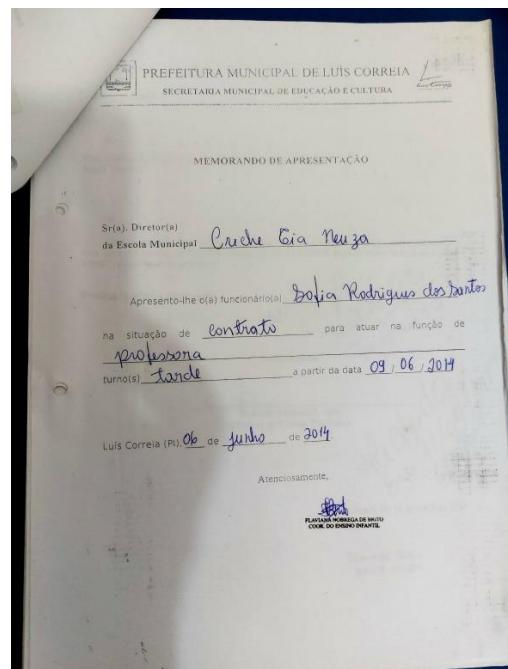
No trabalho *Entre memória e História, a problemática dos lugares*, Pierre Nora (1993, p. 15) coloca que “o que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar”. Assim, esses documentos arquivados na escola guardam memórias da educação local do município de Luís Correia e “apresentam múltiplas possibilidades de pesquisa científica. Através desses acervos é possível conhecer as atividades administrativas e pedagógicas de transformação da educação ao longo do tempo” (Bonato, 2005, p. 197).

Figura 14: Termo de recebimento de material de 2012.



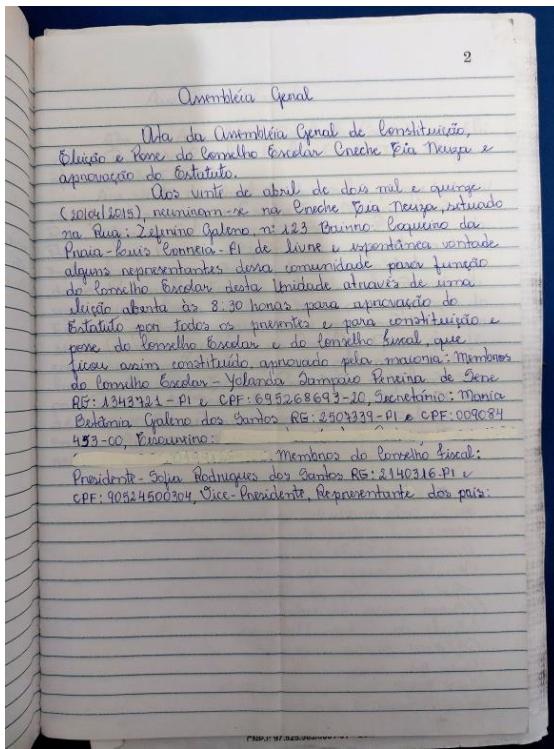
Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 15: Memorando de apresentação de 2014.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 16: Ata de Conselho Escolar de 2015.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 17: Caderno de ponto de 2022.

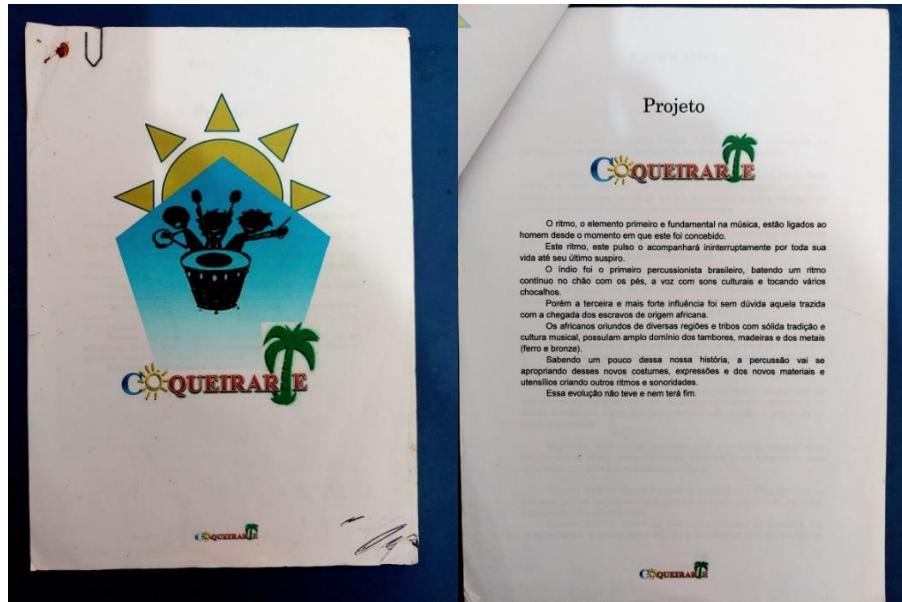
relação de empregados		
nº	nome	função
01	Adalaine Ermes Soárez	cozinheira
02	Daniella Mata Paula Ferreira de Carvalho	cozinheira
03	Glicinara Carvalho de Oliveira	cozinheira
04	- Lucilene Lira Góis	cozinheira
05	Marcela Pereira Vazanckes	cozinheira
06	Maria Salete Graça	cozinheira
07	Morganete de Souza Nunes	cozinheira
08	Maria das Mercês Graça de Souza	cozinheira
09	Rita de Cássia Góis Barros	cozinheira

Administrativos

Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Ao longo dos anos, a escola tem recebido e desenvolvido projetos educacionais que buscam fortalecer o vínculo entre a instituição e a comunidade. Nesse contexto, é possível perceber a preocupação dos gestores da educação no município e da própria creche em promover nas crianças uma forte identidade cultural com o local onde vivem. Um exemplo disso é o projeto "Coqueirarte", apresentado na figura 18, que se inspira no nome do bairro em que a escola está situada, o Coqueiro. Esse projeto foi adotado pela escola e direcionado às crianças, com o objetivo de fortalecer seu vínculo com o território e suas tradições culturais. No entanto, constatamos que o projeto não indica o ano em que foi desenvolvido e se realmente foi aplicado pela escola a comunidade escolar.

Figura 18: Capa do projeto Coqueirarte.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

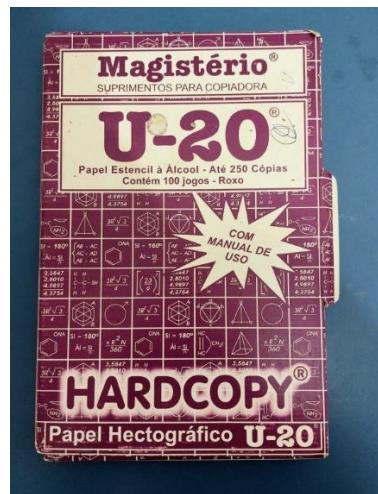
Além de documentos administrativos, também foi encontrado no acervo uma atividade datada de 2002, elaborada manualmente para ser copiada posteriormente com o uso de um mimeógrafo⁶. Não se sabe ao certo se a máquina pertencia à escola, mas ainda há papel hectográfico⁷ preservado no acervo da escola, como demonstrado na figura abaixo.

Figura 19: Atividade do ano de 2002.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 20: Papel hectográfico.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

⁶ Máquina utilizada para fazer cópias de papel escrito em grande escala

⁷ O papel hectográfico é também conhecido como papel carbono. Portanto, é um tipo de material que já foi e ainda é bastante utilizado no espaço de trabalho de diversos profissionais, sobretudo no âmbito educacional. Isso por conta da capacidade de “criar cópias” de outros papéis ou documentos através do uso de mimeógrafo.

Em 2021, os diários de classe passaram a ser registrados em uma plataforma digital, conforme orientações da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC-PI). De acordo com a Resolução SEDUC 118, de 8 de novembro de 2021:

§5º – A partir do ano de 2021, fica extinta a utilização do Diário de Classe em papel.

§6º – Para efetivação do processo de utilização do Diário de Classe informatizado, é obrigatório o registro diário da frequência e das atividades desenvolvidas em sala de aula pelo professor junto aos discentes. (São Paulo, 2021)

Dessa forma, o Diário Escolar Digital se consolidou como uma ferramenta essencial para o registro de aulas, frequência dos alunos, desempenho, relatórios acadêmicos, planejamento bimestral de aulas, entre outras informações. Além disso, contribui para uma maior eficiência no cotidiano do trabalho administrativo e pedagógico ao possibilitar o acesso rápido das informações de cada aluno e das possíveis problemáticas de evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e atuação da prática docente.

Até 2020, os registros de aulas e frequência de alunos eram registrados em formato físico como mostrado na fotografia 21, e após seu uso letivo, era arquivado na escola. Segundo a Portaria GSE/ADM N°0294/2016 do Estado do Piauí, esses registros podiam ser descartados após cinco anos:

Art. 4º A guarda do Diário de Classe é de competência da Secretaria da Escola, conforme os procedimentos:

I – Realizar diariamente a entrega e o recolhimento, sendo vedado ao professor retirá-lo da escola, sob quaisquer circunstâncias;

II – Disponibilizar apenas 1 (um) Diário de Classe por componente curricular e/ou atividade complementar (Mais Educação, Preparatório ENEM, outros) e por turma a cada professor;

III – Arquivar todos os diários de classe após a conclusão do ano letivo, por no mínimo 5 (cinco) anos;

Parágrafo único - O Diário de Classe deve permanecer disponível para consulta, não sendo permitido ao professor customizá-lo, encaderná-lo ou agrupá-lo (Piauí, 2016).

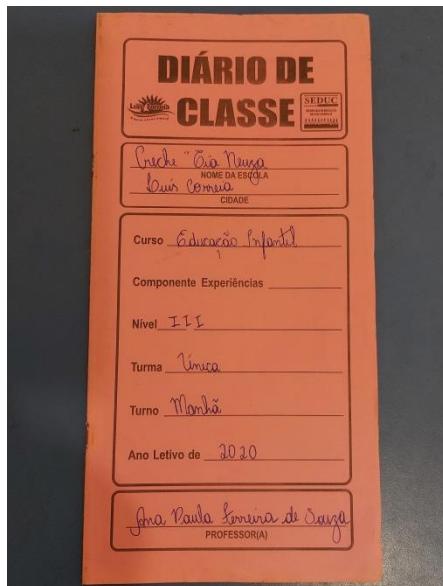
Neste contexto, a digitalização dos registros pode ser vista como uma estratégia para preservar e organizar a memória escolar e, assim, evitar o descarte excessivo de documentos arquivados ou sua eliminação/descarte com o passar do tempo. Segundo Pierre Nora:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente

produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi (Nora, 1993, p. 15).

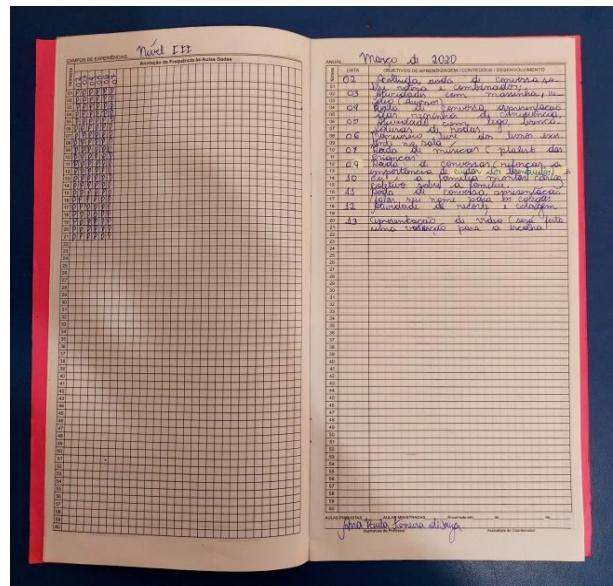
Assim, a adesão ao Diário de Classe Digital representa um avanço significativo para o armazenamento e preservação de documentos, permitindo não apenas o acompanhamento detalhado das atividades escolares em tempo real, mas também a manutenção de registros por longos períodos. Esses dados podem ser utilizados posteriormente para análise estatística em níveis municipal, estadual e nacional, contribuindo para uma gestão educacional mais eficiente e, também para a análise histórica da educação realizada no país.

Figura 21: Diário de classe de 2020.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Figura 22: Diário de classe de 2020.



Fonte: Acervo da Pesquisadora Maria Eduarda, 2024.

Outro documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Creche Tia Neuza, elaborado em 2015 pela gestão e pelos professores da instituição, que apresenta um conjunto abrangente de informações essenciais sobre a escola e seu contexto educacional. O documento detalha o perfil da escola e da comunidade atendida, os princípios e diretrizes que orientam a educação infantil, bem como, os objetivos e as metas que a instituição almeja alcançar conforme as diretrizes do projeto. Além disso, o PPP descreve a metodologia adotada nas salas de aula, os recursos financeiros disponíveis, a estrutura física da escola, o quadro de funcionários e professores, e as propostas educacionais alinhadas à Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB). Em suma, o documento oferece uma visão completa e detalhada das estratégias, ações e compromissos da escola, sendo um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão educacional.

Observa-se que houve uma tentativa de atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com modificações na capa e nas primeiras informações do documento, datando-o de 2019. Entre as atualizações, destacam-se o nome da gestora da creche, as modalidades de ensino atendidas pela instituição e os horários de entrada e saída. No entanto, o conteúdo interno do documento permanece inalterado, mantendo as informações originais de 2015.

Em 2015, o quadro de professores e funcionários era composto pela professora Yolanda Sampaio Pereira de Sene, que desempenhava múltiplas funções, atuando como diretora, coordenadora, secretária e professora titular de turma. A equipe docente contava também com duas outras professoras: Carmosina da Rocha Cavalcante e Eliane dos Santos Rodrigues. O quadro ainda incluía uma merendeira, Maria Elenise Galeno Freitas, e uma zeladora, Maria Salete Araújo. Naquele período, não havia vigilante para atuar na proteção do patrimônio da escola. As modalidades de ensino eram organizadas em três níveis: Maternal (para crianças de 3 anos completos até 31 de março), Nível II (para crianças de 4 anos completos até 31 de março) e Nível III (para crianças de 5 anos completos até 31 de março). Em 2019, as modalidades de ensino infantil passaram a ser denominadas como: Infantil III, IV e V, mantendo o critério de idade (de acordo com o aniversário até 31 de março), porém com a alteração na nomenclatura.

Dentre os objetivos do PPP da escola, destaca-se claramente um interesse de integrar a comunidade local à vivência escolar. A participação de pais, responsáveis e membros da comunidade é mencionada de forma recorrente no documento, reforçando a importância do diálogo constante entre a escola e seu entorno. Esse intercâmbio é visto como essencial para o processo de formação e para a construção de cidadãos mais conscientes e engajados, ressaltando o papel ativo da comunidade na educação e no desenvolvimento integral dos alunos.

A pedagogia e as propostas metodológicas da escola estão fundamentadas nas teorias de renomados pensadores da educação, como o biólogo e psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), a psicóloga e pedagoga argentina Emilia Ferreiro (1937-2023), o psicólogo russo Lev Vygotsky (1896-1934) e o psicólogo estadunidense Howard Gardner (1943). Essas teorias, voltadas para o estudo da inteligência, têm o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança. Esse processo é concretizado por meio de uma rotina que valoriza o acolhimento,

brincadeiras e os cuidados, assegurando uma educação afetiva e estimulante. Além disso, os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Lei de Inclusão de 2015, orientam e embasam o ensino pedagógico da escola, garantindo uma abordagem que respeita os direitos e as necessidades dos alunos.

Dessa forma, observa-se que o PPP da escola, embora necessite de atualizações e a implementação de novas propostas pedagógicas e metodológicas que se alinhem mais com as demandas e contextos atuais, continua sendo um documento fundamental, que registra e testemunha um período educacional específico da instituição. Assim, as futuras gestões devem se empenhar em desenvolver e incorporar novas propostas, garantindo que o projeto pedagógico esteja sempre em sintonia com as mudanças e necessidades da sociedade e do ensino, pois “pensar o Projeto Político Pedagógico é pensar o plano global da escola e na sistematização de seus ideais. É enfatizar o planejamento participativo evidenciando que o documento precisa ser revisado sempre e deve estar em constante construção” (Nascimento et al, 2020, p. 127).

Embora outros documentos arquivados na escola tenham sido analisados, eles não foram incluídos nesta análise específica. No entanto, isso não diminui sua relevância em relação aos documentos que foram considerados. O critério de análise adotado buscou evidenciar registros desde a fundação da escola, incluindo placas comemorativas, as primeiras fichas de matrícula e outros documentos que narram a trajetória da instituição. Para isso, utilizaram-se itens como placas, o livro de ponto, memorandos de apresentação e outros registros, que ajudam a identificar figuras e sujeitos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da escola. Além disso, a comparação entre o diário escolar impresso e registrado manualmente, e o diário online atualmente em uso, ilustra a evolução das tecnologias de registro de informações ao longo do tempo. Esse contraste revela como documentos que antes eram arquivados em formato físico agora podem ser facilmente armazenados e preservados no meio digital, proporcionando maior praticidade e acessibilidade.

Resultados e discussão

Segundo Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch (2009, p. 24), “atrás de cada documento conservado, há milhares destruídos”. Nesse sentido, podemos refletir que muitos documentos que poderiam preservar informações e memórias da creche Tia Neuza foram

perdidos, seja por ações intencionais ou por simples descaso. No entanto, os registros que a escola ainda conserva nos permitiram resgatar fragmentos importantes de sua história, e com base nos documentos analisados é possível traçar um pouco da trajetória da escola, inserindo-a em um contexto histórico tanto local como nacional.

A creche Tia Neuza foi inaugurada em 1998, dois anos após a atualização e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Vale ressaltar que a LDB original foi promulgada em 1961 e reformulada em 1971 durante o regime militar (1964-1985). No entanto, foi apenas com a LDB de 1996, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que a educação infantil foi oficialmente reconhecida como a primeira etapa da educação básica no Brasil. Essa mudança representou um marco importante, pois a educação infantil passou a ser entendida não mais apenas com caráter assistencialista⁸, mas como uma fase essencial para o desenvolvimento das crianças. Com a nova LDB, a educação infantil foi dividida em duas modalidades: as creches, destinadas a crianças de 0 a 3 anos, e as pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos. Além do mais, a LDB em seu artigo 11 no inciso V, estabelece que os municípios são incumbidos de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas.

Nesse contexto, o município de Luís Correia-PI reconheceu a necessidade de construir uma creche no bairro Coqueiro da Praia, a qual recebeu o nome de "Tia Neuza". No entanto, curiosamente, não há informações sobre quem foi a referida "Tia Neuza", salvo o seu nome e Registro Geral (RG) que está arquivado na escola.

A escolha de atribuir o nome de uma pessoa a uma instituição — seja uma escola, um estabelecimento ou até uma lei — é um gesto simbólico de reconhecimento e homenagem. Esse ato busca preservar a memória do indivíduo, destacando a sua importância para a comunidade ou seu legado. Nesse sentido, podemos apenas imaginar que Neuza Plácido do Nascimento, por sido escolhida para ser homenageada, teve uma relevância significativa na comunidade do Coqueiro da Praia. No entanto, como o presente estudo se restringiu à análise de documentos arquivados na escola, não foi possível aprofundar a investigação sobre a

⁸ As primeiras instituições voltadas para ao atendimento às crianças surgem no Brasil com caráter assistencialista, oferecidas por meio de entidades religiosas ou filantrópicas, como as chamadas Santas Casas de Misericórdia, a primeira surgindo em Salvador em 1726, voltadas para atender crianças abandonadas. (Guimarães, 2017). Mais tarde, com a industrialização no Brasil, a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho trouxe a necessidade de garantir cuidados adequados para os filhos enquanto suas mães trabalhavam nas fábricas. Diante das péssimas condições de trabalho, surgiram movimentos operários que lutavam não apenas por melhores condições e direitos trabalhistas, mas também pela criação de instituições educacionais para os filhos dos trabalhadores. (Paschoal; Machado, 2009). Como resultado, os empresários começaram a oferecer creches e escolas maternais para os filhos dos operários. Mas, foi somente na década de 1990 que a educação infantil passou a ser efetivamente garantida pelo poder público.

história da "Tia Neuza". Uma investigação mais detalhada poderia ser realizada por meio de entrevistas com pessoas que a conheceram ou com seus familiares, o que possibilitaria um resgate mais completo de sua trajetória e uma melhor compreensão do impacto que ela teve na comunidade.

No que se refere ao espaço físico, a creche Tia Neuza, embora tenha atendido adequadamente à demanda de matrículas em seus primeiros anos de funcionamento, enfrenta desafios relacionados à sua estrutura física, que já não acompanha mais as necessidades contemporâneas de espaço e recursos para o desenvolvimento infantil. Embora tenha passado por duas reformas, em 2014 e 2019, o ambiente ainda não está conforme os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil, que preveem condições adequadas para o bem-estar e aprendizado das crianças.

Atualmente, o espaço é pequeno, comprometendo o conforto e a qualidade do atendimento à comunidade local. A falta de um banheiro adaptado para crianças e a existência de apenas um banheiro compartilhado por meninos e meninas não atendem às exigências de funcionalidade e segurança. Além disso, a creche carece de áreas essenciais para o desenvolvimento infantil, como uma área de recreação ao ar livre, um salão para eventos e uma sala para repouso, que são fundamentais para a saúde e o bem-estar dos alunos. A ausência de brinquedoteca e brinquedos educativos também limitam a estimulação e o aprendizado lúdico das crianças, fundamentais nesta fase de desenvolvimento. Segundo o documento Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998):

A estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem. Sua presença desponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade em instituição de educação infantil (Brasil, 1998, p. 68).

Portanto, a creche Tia Neuza precisa passar por uma reforma mais abrangente, que leve em consideração as necessidades atuais da educação infantil, proporcionando espaços adequados, acessíveis e estimulantes, alinhados às normas e aos padrões exigidos para garantir um atendimento de qualidade e um ambiente seguro e acolhedor para as crianças.

Os documentos analisados revelaram uma rica diversidade de sujeitos que desempenharam papéis fundamentais na trajetória da creche Tia Neuza, cada um contribuindo

de maneira significativa para a construção da história e da memória da educação local. A colaboração de pessoas de diferentes esferas, como autoridades políticas, funcionários, professores, pais, responsáveis e alunos, foi essencial para o desenvolvimento e fortalecimento da instituição ao longo dos anos. Cada um desses indivíduos, por meio de suas ações e compromissos, ajudou a moldar a história da educação infantil na comunidade, uma história que se encontra não apenas nos documentos, mas também na memória dos sujeitos que passaram pela instituição. Nesse contexto, é importante destacar que a memória possui limites:

A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram (Halbwachs, 1990, p. 84).

Para Le Goff (1990), entender o conceito de memória dentro do campo científico global é fundamental. Assim, segundo o historiador “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (1990, p. 423). Assim, a memória, enquanto uma condição psíquica essencial do ser humano está sujeita tanto à lembrança quanto ao esquecimento. Nesse contexto, elementos, lugares e tudo o que evoca o passado e ativa a memória se tornam fundamentais para a preservação da memória histórica. Le Goff ainda argumenta que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1990, p. 476). Dessa forma, preservar a memória é preservar práticas, costumes, tradições e experiências que moldam a identidade tanto individual quanto coletiva. Nessa busca incessante, tanto o indivíduo quanto a coletividade não procuram apenas o autoconhecimento, mas também a afirmação e a reconstituição de suas identidades.

Diante dessas reflexões, o acervo documental da Creche Tia Neuza não se limita a ser um simples repositório de informações, mas configura-se como um verdadeiro arquivo de memórias que preservam lembranças de um contexto histórico, político e educacional que ultrapassa os limites do local, refletindo também uma dimensão nacional ao contribuir com o conhecimento das possíveis influências da educação brasileira. Esses documentos registram não apenas a trajetória da instituição, mas também a história dos sujeitos que por ela passaram, contribuindo para a construção de uma memória coletiva. Ao fazer isso, a creche

cria conexões profundas com a comunidade, fortalecendo a construção e a manutenção da história e da memória local.

Considerações finais

A presente pesquisa buscou por meio da análise do acervo documental da escola Tia Neuza, situada em Luís Correia-PI, resgatar parte da história da instituição e das memórias que a ela estão associadas. Além disso, buscou destacar a importância dos acervos escolares para a construção da história da própria instituição e para a história da educação local, evidenciando seu papel fundamental na preservação e compreensão do contexto educacional e cultural da comunidade.

Embora os documentos arquivados pela escola sejam escassos e careçam de organização e classificação de acordo com sua data de produção e conteúdo, eles se mostraram essenciais para compreender aspectos importantes da trajetória da escola, as mudanças ao longo do tempo, as permanências e as necessidades de aprimoramento para o atendimento às crianças.

A partir das observações e análises realizadas, é possível inferir que, no futuro, será necessária uma reforma significativa na Creche Tia Neuza ou, possivelmente, a construção de uma nova unidade, com um espaço mais amplo, que atenda aos parâmetros básicos de infraestrutura exigidos para instituições de educação infantil. No início de sua existência, a creche atendia adequadamente à realidade da comunidade à época, mas, com o passar do tempo, as demandas da comunidade se modificaram e ampliaram, exigindo mudanças também na infraestrutura atual da escola. Portanto, a escola precisa acompanhar essas transformações e buscar soluções para atender às novas necessidades da comunidade em seu entorno que utilizam de seus serviços educacionais.

Para uma compreensão mais aprofundada da história e das memórias da Creche Tia Neuza, seria necessário recorrer a outras fontes históricas, como fontes orais ou registros externos à instituição. No entanto, a pesquisa realizada se limitou à análise dos documentos disponíveis na escola, mas os resultados desse estudo poderão, no futuro, servir como referência para estimular o desenvolvimento de novas investigações sobre a educação no município de Luís Correia-PI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo.** Rio de Janeiro: O Conselho, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_a_produo.pdf Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Gestão de documentos:** curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal/ Arquivo Nacional. 2. ed., rev. e ampl. Dados eletrônicos (1 arquivo: 993 kb). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. (Publicações Técnicas; 55). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/publicacoes-tecnicas-de-referencia/copy_of_gestao_de_documentos.pdf&ved=2ahUKEwjr6JXRwqWKAxUUIJUCHZw5IYkQFnoECCAQAAQ&usg=AOvVaw1bhnT3i8F9iy62QSGD7P20

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394/96,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2006.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2 [10], p. 193-220, 10 fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652> Acesso em: 21 nov. 2024.

CARLI, Deneide Teresinha. O documento histórico como fonte de preservação da memória. **Ágora**, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 183-197, 2013.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em: 21 nov. 2024.

FERREIRA, Shirley dos Santos. **Manual de gestão documental de arquivo escolar permanente.** Sergipe: PPGCI, UFS, 2019.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas.** Florianópolis. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: editora revista dos tribunais LTDA, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, n. 1, p. 71-84. 2006.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 10, jul./dez. 2005.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do; NASCIEMNTO, Rita de Cássia do; LIMA, Maria Socorro Lucema; O projeto Político-pedagógico como princípio orientador das práticas escolares. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 29, n.2, p. 119-141, maio/jul., 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Campinas, **Revista HISTERDBR online**, n. 33, p. 78-95, mar. 2009.

PIAUÍ, **Portaria GSE/ADM N° 0294/2016, SEDUC**. Teresina, 2016. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.seduc.pi.gov.br/download/arquivos/editais/edital_350013908.portaria_diario_classe_seduc_aprova_do_rejane.pdf&ved=2ahUKEwjtqKrJvKWKAxViuJUCHZyPOVYQFnoECBgQAQ&usg=AQVaw0ohjcVPeV-IHNO4hsIcr4Z

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania. Regina. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

SÃO PAULO. **Resolução SEDUC 118, de 8-11-2021**. Disponível em <https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-118-de-8-11-2021-inclui-dispositivos-na-resolucao-se-16-de-31-01-2020-que-dispoe-sobre-os-registros-do-diario-de-classe-no-ambito-da-rede-estadual-de-ensino/>

SOUZA, Luzifrank Júnior de; SOUSA, Jane Bezerra de. Quadros de formatura como portal da memória do colégio comercial de Picos-PI (1965-1977). **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-18, e-rte331202423, 2024.